



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

E-BOOK DIGITAL



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

DITADURA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO MARANHÃO:

**O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS
E O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**



MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA

SÃO LUÍS - 2025

Universidade Estadual do Maranhão- UEMA
Programa de Pós-Graduação em História-
PPGHIST
Doutorado em História



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

Este e-book foi desenvolvido como produto educacional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, sob orientação da Prof.Dr. Monica Piccolo Almeida Chaves.

Cunha, Manoel Afonso Ferreira.

Ditadura e Modernização conservadora no Maranhão: O Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara / Amorim Manoel Afonso Ferreira Cunha. – São Luís, 2025.

47 f. : il.

Produto Educacional da Tese: “Ditadura e modernização conservadora no Maranhão: desenvolvimento, repressão e conflitos”.

Orientação da Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida Chaves.

1. Modernização conservadora. 2. Programa Grande Carajás. 3. Centro de Lançamento de Alcântara. 4. E-book. I. Título.

CDU 94(812.1).08(072)

SOBRE O AUTOR



Manoel Afonso Ferreira Cunha é professor de História graduado pela Universidade Estadual do Maranhão no ano de 2015. Tem pós-graduação em Supervisão, Planejamento e Gestão Pedagógica pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (2017). Mestre em Ensino de História pela Universidade Estadual do Maranhão (2018). Professor pesquisador do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) vinculado à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professor de História na rede privada de São Luís - MA. Tem experiência na área de História Contemporânea do Brasil, com ênfase nos seguintes temas: Brasil Republicano; Governo João Goulart, Ditadura Civil-Militar no Brasil, Imprensa e Ensino de História.

APRESENTAÇÃO

E ai, pessoal? Tudo bem? Esse e-book que você está prestes a explorar é resultado de um importante trabalho de pesquisa — sério mesmo! Foi investigada uma série de documentos e pesquisas acadêmicas na intenção de construir um verdadeiro painel sobre um pedaço importante da história maranhense. Aqui, a ideia é simples: transformar o aprendizado em algo mais interessante, leve e divertido. Porque estudar não precisa ser chato, né? A proposta é te ajudar a refletir, questionar e, principalmente, ser protagonista do seu próprio aprendizado.

O que você vai encontrar aqui?

👉 Primeiro, uma nova forma de olhar para o período da ditadura civil-militar no Maranhão, com foco em dois projetos gigantes que mudaram (e muito!) o Maranhão: o Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara.

👉 Segundo, uma ferramenta de aprendizado pensada especialmente para você, estudante do ensino médio, compreender uma época tão importante da história contemporânea maranhense.

👉 E, por último, a presença de uma série de atividades e propostas de trabalho que vai te ajudar a conhecer muito mais sobre as faces da modernização conservadora no Maranhão a partir das suas causas e consequências.

Ah, e não se preocupe, o melhor de tudo, esse e-book é super fácil de acessar! Você pode baixar, compartilhar com os amigos no WhatsApp, ler no seu tablet, celular, computador e outras mídias. Nosso maior desejo é que esse material ajude você a se tornar um cidadão mais consciente e crítico, entendendo não só a história do seu estado, mas também o seu papel na sociedade. Acreditamos que o conhecimento sobre a nossa história é essencial para transformar a realidade e construir um futuro mais justo e participativo. Bora embarcar nessa jornada? 🌟

CONHECENDO SEU E-BOOK

Este e-book está dividido em três capítulos, que tratam de diferentes aspectos sobre a implementação do projeto de modernização conservadora no Maranhão durante o período da ditadura civil-militar.

Veja abaixo os boxes que ajudarão para sua compreensão do tema:

SAIBA MAIS

Espaço voltado para informações mais aprofundadas de eventos, termos, categorias e conceitos pertinentes aos conteúdos abordados no material.

BIOGRAFIA

Traz informações detalhadas referentes à trajetória de vida de sujeitos de destaque e relevância inseridos em algum dos processos históricos apresentados por aqui.

GLOSSÁRIO

Apresenta o significado de algumas palavras.

POR DENTRO DO DOCUMENTO

Acesso direto a fontes históricas fundamentais para a produção do ebook.

TESTANDO SEU CONHECIMENTO

Atividades diversas incluindo questões de vestibulares.

FIQUE LIGADO!

Sugestões de vídeos, textos, músicas e outras linguagens que contribuam com a compreensão do tema.

SUMÁRIO

Introdução	7
1 – Ditadura Civil-Militar e Modernização Conservadora no Brasil	8
2 – Programa Grande Carajás (PGC) no Maranhão: Desenvolvimento, conflitos e resistência	13
2.1. A Estrada de Ferro Carajás (ECF) e a promessa de desenvolvimento	13
2.2. Povos tradicionais e resistência	17
3 – O Centro de Lançamento de Alcântara: desenvolvimento espacial e conflitos territoriais	24
3.1. Colonialidade espacial e militarização do território	25
3.2. Negação de direitos e políticas de reparação em Alcântara	30
4 – Teste Seu Conhecimento	37
5 – Considerações Finais	43
6 - Referências	44

INTRODUÇÃO



Extremistas de direita invadem e depredam o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e a sede do STF, em Brasília, no dia 8 de Janeiro de 2023. Foto: picture alliance / ASSOCIATED PRESS (<https://www.dw.com/pt-br/pf-faz-opera%C3%A7%C3%A3o-contra-envolvidos-em-atos-golpistas/a-64465254/> Acesso em 16.09.2023).

Desde a independência em 1822, o Brasil tem sua trajetória política marcada por uma série de crises, instabilidades, revoltas e golpes de Estado. O dia 8 de janeiro de 2023 ficará marcado como mais um episódio histórico de agressão ao Estado Democrático de Direito. A ação de invasão, vandalismo e depredação dos prédios das sedes dos três poderes cometida por uma multidão de bolsonaristas extremistas é a prova viva e atual de que mesmo após a ditadura civil-militar (1964-1985) ter acabado, a democracia está em permanente ameaça.

Mesmo depois da redemocratização no final dos anos de 1980, a sociedade brasileira herda consequências negativas daqueles anos de autoritarismo, expondo de forma urgente a necessidade e compromisso com os valores democráticos e os direitos humanos. Diante disso, revisitar e analisar esse passado é fundamental na luta para evitar que tal experiência aconteça novamente. Portanto, nesse e-book você estudará a ditadura civil-militar no Maranhão a partir da implementação do projeto de modernização conservadora que os militares, junto de importantes frações das classes

dominantes introduziram no Brasil entre os anos de 1960 e 1980.

Com ênfase na realidade maranhense, examinaremos esse processo histórico a partir dos elementos que propiciaram a inserção de tal projeto no Maranhão, bem como seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais que colocaram em lados opostos desenvolvimento econômico e resistência de grupos sociais diretamente afetados por esses empreendimentos.

CAPÍTULO 1 – DITADURA CIVIL-MILITAR E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL (1964-1985).

A ditadura civil-militar foi um período da história política brasileira que durou oficialmente de 1964 a 1985, marcado pela instauração de um regime autoritário que se estabeleceu no poder após a destituição do então presidente **João Goulart**. A articulação golpista contou com apoio e participação não somente dos setores militares, mas também de grupos conservadores, empresários, além da decisiva influência externa do governo dos Estados Unidos.

BIOGRAFIA



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/11/rodovia-recebe-nome-em-homenagem-ao-ex-presidente-joao-goulart>. Acessado em 16.09.2023.

João Goulart, conhecido como Jango, foi vice-presidente do Brasil de 1961 a 1964 e assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Durante sua presidência, ele promoveu reformas sociais, conhecidas como "reformas de base". Em 1964, seu governo foi derrubado por um golpe militar, marcando o início de uma ditadura militar no Brasil que durou até a década de 1980. Goulart exilou-se e morreu na Argentina em 1976. Seu governo e seu legado político continuam sendo debatidos na história brasileira.

Esse momento da história brasileira foi caracterizado por intensas violações aos direitos humanos, repressão política, censura e perseguição sistemática aos opositores do regime. A suspensão de garantias constitucionais, maior exemplo o habeas corpus, consequência da implementação do **Ato Institucional n5**, em 13/12/1968 dispositivo jurídico mais autoritário da ditadura, deu ao governo plenos poderes para silenciar e perseguir todo tipo de oposição no país.

No entanto, a ditadura não teve somente o estigma do extremo autoritarismo político.

POR DENTRO DO DOCUMENTO

Para melhor compreensão do Ato Institucional n5, acessar o link com o documento completo:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm.

Existia, também, uma política econômica baseada num projeto de **modernização conservadora** caracterizado por uma **industrialização periférica** que contribuiu para acentuar a concentração de renda, a desigualdade social, os custos ambientais e a precarização das relações de trabalho .

Modernização Conservadora: categoria analítica para compreender processos de transformação econômica e social que, embora promovam o desenvolvimento do capitalismo em determinadas regiões, preservam as estruturas sociais tradicionais e antigas relações de poder.

Industrialização Periférica: A industrialização periférica é o processo de desenvolvimento industrial que ocorre em países da periferia do sistema capitalista global (geralmente na América Latina, África e Ásia), de forma tardia em comparação com as nações desenvolvidas.

Foi dessa época o conhecido “milagre econômico”, fase em que o país registrou elevados índices de crescimento econômico, principalmente entre os anos de 1968 e 1973. Alicerçado no incentivo à industrialização, criação de estatais, investimento na construção civil, ampliação de acesso ao crédito, este período foi fortemente caracterizado pela ampla exploração da classe trabalhadora.

No entanto, com o passar dos anos, deflagrou no seio da sociedade civil diversos movimentos de resistência à ditadura. Sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais, intelectuais, estudantes e outros grupos se mobilizaram em busca da redemocratização do país. Consequência disso, a abertura política iniciada no final da década de 1970 consolidou-se com a eleição indireta da chapa Tancredo Neves e José Sarney em 1985, marcando a volta dos civis ao poder no Brasil.

Considerando tal realidade, quais as relações e os desdobramentos da ditadura no Maranhão? Quais implicações econômicas, políticas e sociais que a ruptura democrática em 1964 estabeleceu em nosso Estado?

O exame da conjuntura histórica maranhense durante a ditadura está diretamente ligado ao desenvolvimento de relações políticas pautadas numa estrutura oligárquica de poder, algo tão presente na história republicana de nosso país. Essa tradição de fazer política em nossa região não é peculiar apenas ao século XX, mas traz uma

GLOSSÁRIO

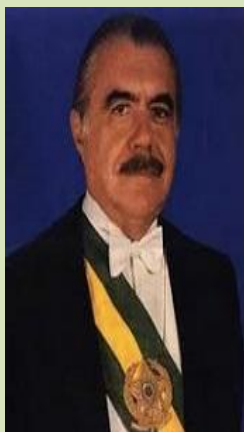
Oligarquia é um sistema de governo ou controle em que um pequeno grupo de pessoas ou famílias detém o poder e toma decisões, em vez de ser amplamente distribuído. Isso geralmente leva a desigualdades e favorecimento desse grupo em detrimento dos outros. Pode ocorrer em política, negócios ou outras áreas.

Patrimonialismo é um conceito usado na ciência política e na sociologia para descrever um sistema de governo em que o poder é exercido de forma personalista e arbitrária, em que as instituições estatais são usadas como se fossem propriedade pessoal do governante ou de um grupo dominante. Nesse sistema, o líder político trata os recursos e cargos públicos como se fossem parte de seu patrimônio pessoal, distribuindo-os a seus apoiadores em troca de lealdade e apoio.

herança do fim do período imperial. **Oligarquia e patrimonialismo** são marcas presentes até hoje na política brasileira e o Maranhão não está dissociado de padrão. Por aqui surgiu e se projetou um dos maiores símbolos dessa prática: o político e escritor **José Sarney**.

BIOGRAFIA

José Sarney é um político brasileiro que foi presidente do Brasil de 1985 a 1990. Ele também serviu como senador e foi governador do estado do Maranhão. Além disso, é escritor e membro da Academia Brasileira de Letras. Sua carreira política é marcada pela transição para a democracia no Brasil após o período militar, mas também por controvérsias.



Para mais informações sobre José Sarney, acessar <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/111-jose-sarney>.

Sua vida pública inicia-se vinculada à chamada “geração de 45” formada por jovens intelectuais ligados ao campo da política, literatura, jornalismo, direito e da classe estudantil. Tal movimento era considerado uma renovação em relação à cultura maranhense, pois, participavam inúmeras figuras de destaque como Domingos Vieira Filho, Ferreira Gullar, Bandeira Tribuzzi, Nascimento de Moraes Filho e outros.

Dentro da política-partidária, José Sarney ganha projeção a partir do apadrinhamento político de Victorino Freire, que o havia indicado ao cargo de assessor do então governador Eugênio Barros.

O golpe civil-militar de 1964 foi fundamental para os anseios políticos de José Sarney que se concretizaram através da formação de um novo grupo oligárquico liderado por ele. Os expurgos políticos implementados pelo “Comando Supremo da Revolução” a partir do Ato Institucional número 1 (AI-1), conhecido como “Operação Limpeza”, facilitou a ascensão de José Sarney.

Considerando o contexto, vários de seus opositores políticos, muitos ligados ao

campo da esquerda, passaram a ser perseguidos pelo regime. Estavam abertas as portas para a sua eleição como governador do estado em 1965 como protagonista das "oposições coligadas", coalizão que disputava o poder no Maranhão em oposição a Victorino Freire e seus aliados.

Victorino de Brito Freire (1908-1977) foi um influente político maranhense, jornalista e servidor público brasileiro. Nascido em Pernambuco, representou o Maranhão no Congresso Nacional por vários mandatos, incluindo como Deputado Federal e Senador. Ele foi uma figura central na política maranhense, associado ao que ficou conhecido como "vitorinismo", uma política com características mandonistas que marcou o estado de 1947 a 1964.

O governo estadual de José Sarney (1966-1970) caracteriza-se pelo discurso narrativo da inovação. Ao falar de libertar o Maranhão do atraso, do caciquismo e da corrupção, ventilava-se frequentemente o lema do "Maranhão Novo", que se baseava na perspectiva de construir um estado desenvolvido, moderno e no caminho do progresso. Esse teor salvacionista de modernidade e ruptura ficou apenas no campo da teoria. Na prática, Sarney representava o continuísmo de tudo aquilo que criticava nos seus rivais políticos. Seu governo estava comprometido com a reestruturação do sistema oligárquico e patrimonial de dominação local, compondo uma grande engrenagem do projeto de modernização conservadora nacional.

Considerando as relações políticas e econômicas que se consolidaram entre o governo de José Sarney e a ditadura, podemos identificar que o projeto do "Maranhão Novo" se fundamentava em elementos bastante importantes. O primeiro deles é o contexto do "milagre econômico" com a abertura da economia nacional para o capital estrangeiro; o segundo, a importância que a Lei de Terras de 1969 teve no processo de concentração fundiária a partir do fomento de uma economia agrícola mecanizada e voltada para o agronegócio.

Na década de 1970, o Brasil foi marcado pelo fim do chamado **"milagre econômico"** e pelas influências globais que abalaram as bases do

governo Ernesto Geisel (1974-1979). Nesse contexto, o aumento significativo da inflação, do endividamento externo, da escassez de insumos, matérias-primas e desaceleração do crédito somado à do petróleo em 1973¹. Esses eventos desempenharam um papel fundamental na transformação drástica do setor de produção de bens duráveis.

Milagre Econômico: foi a forma como o período de rápido crescimento econômico no Brasil, entre 1968 e 1973, era chamado por seus defensores. Além do arrocho salarial dos trabalhadores, contribuíram para os elevados níveis de crescimento os investimentos em infraestrutura, exportações de commodities, investimentos estrangeiros, aumento na produção industrial e crescimento da classe média. No entanto, o "milagre" não foi sustentável a longo prazo e enfrentou desafios, como o choque do petróleo de 1973, que o interrompeu.

Como resposta aos desafios econômicos enfrentados durante o período da ditadura civil-militar, o governo Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que direcionou os investimentos federais para setores específicos, como insumos básicos, bens de capital e energia. O Projeto Grande Carajás, que foi concebido no âmbito do II PND, teve sua regulamentação estabelecida em 1980 durante o governo de João Figueiredo. É notável que essa época testemunhou um forte discurso modernizador por parte do Estado.

GRANDES PROJETOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR

GRUPO	VETOR	PROJETOS
I	Amazônia Oriental	Minero-metalúrgicos, Agroflorestal e Infraestruturura.
II	Programas Energéticos	Programa Nuclear, Proálcool, Procarvão, Energia elétrica, Petróleo e Gasoduto Brasil-Bolívia.
III	Infraestruturura Básica	Ferrovias, Portos, Construção Naval e Telecomunicações.
IV	Infraestruturura Social	Planasa e Promorar

¹ A crise do petróleo de 1973 aconteceu quando os países árabes exportadores de petróleo (OPEP) decidiram reduzir a produção e aumentar muito os preços, em resposta ao apoio dos EUA e Europa a Israel na Guerra do Yom Kippur. Isso provocou uma forte alta no preço mundial do petróleo, gerando recessão, desemprego e inflação em vários países.

V	Agricultura	Programa dos Cerrados, Irrigação das várzeas e Polonoroeste.
VI	Siderurgia	Expansão das siderúrgicas como CSN, Usiniminas, Cosipa e outras.
VII	Outros	Cimento e Petroquímica.

A tabela acima é um registro importante da dimensão dos grandes projetos econômicos implementados pela ditadura civil-militar no Brasil. A modernização conservadora espalhou seus tentáculos sobre vários vetores da economia brasileira como na Amazônia Oriental, programas energéticos, infraestrutura, agricultura, siderurgia e outros. Diante disso, nos capítulos seguintes, aprofundaremos a análise sobre o Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara, relacionando seus fatos, contextos e desdobramentos sociais, políticos e econômicos que inerentes à realidade atual do Maranhão como um todo.

CAPÍTULO 2 – PROGRAMA GRANDE CARAJÁS NO MARANHÃO: DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS E RESISTÊNCIA.

A ESTRADA DE FERRO CARAJÁS E A PROMESSA DE DESENVOLVIMENTO.

O Programa Grande Carajás é um projeto de desenvolvimento econômico e social que foi lançado pelo governo brasileiro na década de 1980. Ele recebeu esse nome devido à região de Carajás, no estado do Pará, rica em recursos naturais, incluindo minério de ferro, manganês, ouro e outros minerais. O objetivo principal do Programa Grande Carajás era promover o desenvolvimento da região aproveitando seus recursos naturais. Para alcançar esse objetivo, o programa incluiu várias ramificações:

- **Mineração:** exploração e exportação de minérios, principalmente minério de ferro e manganês. A Vale S.A., uma das maiores empresas de mineração do mundo, desempenhou um papel importante nesse

aspecto;

- **Siderurgia:** criação de uma indústria siderúrgica como parte integrante do Programa Grande Carajás com o objetivo de agregar valor aos minérios extraídos da região;
- **Infraestrutura:** viabilizar a exploração dos recursos naturais. Para isso, foram realizados investimentos significativos na construção de estradas, ferrovias, portos e instalações elétricas.
- **Desenvolvimento social:** ações voltadas para a melhoria da educação, saúde e da condição de vida das populações locais.
- **Zoneamento econômico e ecológico:** estabelecer o desenvolvimento sustentável da região a partir de estudos técnicos que melhor orientassem o uso do território.



Imagem: Mina S11D – Serra Sul de Carajás, município de Canaã dos Carajás - Pará / Fotos Públicas (Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/19/projeto-grande-carajas-desestrutura-comunidades-e-territorios-indigenas/>).

O Programa Grande Carajás tem sido objeto de debate ao longo dos anos, envolvendo críticas relacionadas aos impactos ambientais da exploração de recursos naturais e dos impactos sobre as comunidades locais. No entanto, também é visto como

um dos principais impulsionadores do crescimento econômico na região amazônica e do desenvolvimento industrial no Brasil. A implementação do PGC está inserida no contexto de penetração do grande capital nacional e internacional a partir de uma política econômica desenvolvimentista que promoveu transformações na infraestrutura do país.

Foram construídas ferrovias, rodovias, siderurgias e usinas hidrelétricas que pudessem estabelecer uma estrutura de logística, transporte e energia necessárias para a implementação de outros empreendimentos econômicos. O Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, instituiu um regime especial de incentivos tributários e financeiros voltado para a implementação do Programa Grande Carajás (PGC).

Mesmo se tratando de um dos maiores projetos econômicos do país, com alto grau de investimento em tecnologia, segurança, pesquisa e treinamento, a VALE e o PGC sofrem até hoje duras críticas da sociedade no que se refere ao processo de ocupação da terra, dos problemas ambientais, da favelização de diversas regiões, bem como da precarização da mão de obra utilizada nos diversos serviços.

O projeto de desenvolvimento econômico da Amazônia não incluía as populações nativas e os trabalhadores pobres de modo geral. Essa articulação entre governo militar, capital nacional e estrangeiro não pensou na expansão econômica da região através da promoção de qualidade de vida e trabalho, acesso à terra, distribuição de renda e proteção ambiental.



Ocupação de um trecho da Estrada de Ferro Carajás por comunidade indígenas do Maranhão / Rede Brasil Atual
(Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/19/projeto-grande-carajas-desestrutura-comunidades-e-territorios-indigenas/>).

A questão fundiária é o centro da questão dos movimentos de resistência aos grandes projetos econômicos implementados na Amazônia, dentre eles o Programa Grande Carajás. Mesmo antes da ditadura civil-militar, regiões do Pará, Maranhão e Tocantins sempre foram alvo de disputa de comunidades locais, grupos indígenas, pequenos agricultores, latifundiários e grandes empresas mineradoras.

A luta pela terra e pelos recursos nela agregados apresenta como consequência nefasta a morte no campo e o contexto de impunidade bastante presente ainda hoje. Dentro dessa realidade, surge o **Movimento Sem Terra (MST)** no final dos anos de 1980 incorporando defesa da reforma agrária e do acesso à terra por diversas comunidades que vão de ex-garimpeiros de Serra Pelada, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, camponeses de fronteira e outros grupos.

A internacionalização dos recursos minerais da Amazônia, mediante aliança entre Estado e capital, atende diretamente aos interesses das grandes empresas estrangeiras afetando diretamente a questão da soberania do território e da desproteção das diversas

comunidades locais da região, que diariamente sofrem todo tipo de violência na tentativa de lutar por seus direitos e pelo acesso à terra.

SAIBA MAIS

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... Trabalhadores rurais Sem Terra, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. O 1º Congresso do MST, organizado a partir do 1º Encontro Nacional em Cascavel, no Paraná, em 1984, aconteceu durante os dias 29 a 31 de janeiro de 1985. Dele foi tirado como orientação a ocupação de terra como forma de luta, além de ter sido definido os princípios do MST: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo (Fonte: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>).

FIQUE LIGADO!



Trilhos da Vida (Justiça nos Trilhos)

Este documentário faz um retrato da vida das comunidades atingidas pela Estrada de Ferro Carajás, revelando como o “desenvolvimento” prometido pelo Programa Grande Carajás afetou negativamente na vida dos moradores de algumas regiões do Maranhão. Com histórias reais, ele mostra os desafios, resistências e sonhos de quem vive às margens dos trilhos. Disponível em: <https://justicanostrilhos.org/documentario-trilhos-da-vida-2/>.

POVOS TRADICIONAIS E RESISTÊNCIA

De forma geral, os principais impactos sociais do Programa Grande Carajás no território maranhense compreendem aspectos migratórios por conta do deslocamento de trabalhadores de outras regiões do estado para os postos de trabalho vinculados à Vale .

A expansão das operações de mineração interferiu diretamente na realidade de comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco e outras). Isso apresenta como consequência os conflitos fundiários, à medida que diferentes grupos reivindicam o direito à terra originando tensões e disputas violentas desde os anos 1980.

Além dos fatores sociais, o Programa Grande Carajás contribui para negativas implicações de caráter ambiental. Com a expansão da exploração de recursos minerais, existiu amplo processo de desmatamento que alterou a biodiversidade e o equilíbrio ecológico. Além disso, tivemos também a poluição sistemática das águas devido a utilização de produtos químicos tóxicos que afetam diretamente os rios e o ecossistema aquático no Maranhão.

O deslocamento forçado de famílias, precarização das condições de vida e trabalho, assim como a perda de seus territórios indicam que a instalação da Estrada de Ferro Carajás e a construção do Porto da Ponta da Madeira implicaram não somente no acesso aos recursos naturais mas também na precarização do modo de vida tradicional dessas comunidades. No caso do Maranhão, pode-se observar em algumas regiões uma intensidade maior desses impactos.

No município de Santa Rita, obras de duplicação da ferrovia provocam assoreamento e entupimento dos igarapés por conta da retirada de grandes quantidades de areia dos locais. Tal realidade compromete a oferta de peixes afetando a produção econômica e alimentação das famílias moradoras da região. Em conjunto, moradores dos povoados Outeiro dos Pires e Retiro São João da Mata, a partir de suas associações, iniciaram mobilização em busca por direitos e reparações.



Mapa da região que compreende os municípios de Santa Rita, Anajatuba, Bacabeira e Itapecuru-Mirim (Fonte: https://www.google.com/maps/@-2.50287,-44.2194616,15z?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDYwNC4wIKXMDSoASAFAQAw%3D%3D).

Nessa região, centenas de famílias vivem da pesca e agricultura complementando suas rendas através de programas sociais do Governo Federal como aposentarias e Bolsa Família. Como forma de combater essa situação de precariedade, em 2010 foi fundada a Associação de Moradores do Outeiro dos Pires (ASMOP) que, em 2012, anexou abaixo assinado ao inquérito civil público nº 1.19.000.001554/2010-87 aberto pelo povoado Retiro São João da Mata junto ao Ministério Público Federal.

Nesse inquérito, são apuradas uma série de denúncias relativa à obstrução de vias públicas pelos trens da Vale S.A o que levou também a alguns protestos por parte dos moradores que puderam dar visibilidade maior a sua luta Até hoje, as principais reivindicações da população giram em torno da construção de um viaduto, do desentupimento das fontes hídricas, de obras de reparação em estradas comprometidas e danificadas que possam melhorar o acesso aos povoados. A situação apresentada em Santa Rita e áreas vizinhas indicam um panorama multifacetado e bastante complexo. A duplicação e operação da ferrovia, o expansionismo industrial e logístico resultam em

uma lógica de exploração ambiental, gerando piora nas condições sociais e de trabalho a partir de violações dos direitos humanos.

No município de Itapecuru-Mirim, as vítimas são comunidades quilombolas, como o caso do Quilombo Santa Rosa dos Pretos que enfrenta sérios desafios como a luta pela titulação das terras, o assoreamento que prejudica os recursos hídricos. Essa árdua luta tem como uma vitória concreta o primeiro decreto federal nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 , que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes da comunidade e o segundo decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015 que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos na mesma região.

Em Miranda do Norte, existe uma outra realidade de insegurança que se refere aos frequentes acidentes envolvendo pessoas nas linhas dos trens, assim como a deterioração das residências dos moradores próximos da Estrada de Ferro Carajás. Diante deste quadro de abandono e precariedade, o posicionamento da Vale S.A é sempre alegar que os acidentes são responsabilidade das vítimas e não da empresa. Esse processo de judicialização expõe uma luta desigual entre uma das maiores empresas de minério do planeta e comunidades locais que vivem em extrema pobreza.

VOCÊ NO COMANDO!

Texto para as questões 1 e 2.

“O povoado Retiro São João da Mata, localizado no Maranhão, apresentou ao Ministério Público Federal uma denúncia sobre os impactos causados pelo Programa Grande Carajás em seu território. O inquérito civil público nº 1.19.000.001554/2010-87 foi aberto para investigar questões como degradação ambiental, impactos sociais e violações de direitos das comunidades locais.”

1. Por que comunidades como Retiro São João da Mata procuram o Ministério Público Federal?

2. Quais tipos de problemas sociais podem surgir em um território impactado por grandes empreendimentos?

Envolvido nessas disputas e conflitos em favor das populações locais, temos a participação fundamental da associação *Justiça nos Trilhos*, entidade sem fins lucrativos que atua na promoção de atividades reflexivas sobre a atuação do Programa Grande Carajás nas 27 cidades que são cortadas pela EFC, sendo a maior parte delas no Maranhão. Composta por uma equipe interdisciplinar que, na associação atuam pesquisadores, missionários religiosos, advogados, professores, educadores populares e militantes que trabalham junto às comunidades afetadas diretamente pela ferrovia.

Na região que compreende os municípios de Buriticupu e Açailândia, a dimensão humana dos impactos é muito preocupante por conta da realidade de intimidação e criminalização daqueles que se opõem ou resistem a esses projetos de modernização conservadora. Em Buriticupu, os "ruídos dos trens" incomodam diariamente comprometendo a saúde auricular dos habitantes, gerando problemas de audição. Além disso, a vulnerabilidade física e psicológica das populações próximas à linha férrea se

destaca pelas casas e outras edificações que ficaram comprometidas a partir da implementação da estrada de ferro.



Imagem: Escola Municipal de Buriticupu próxima a EFC (Fonte: documentário Trilhos da Vida).

Enquanto isso, no bairro Piquiá de Baixo, localizado na cidade de Açailândia, destaca-se a degradação ambiental proveniente da plantação e queima do eucalipto e da produção de ferro gusa nas siderúrgicas que provocam desmatamento, poluição e destruição do solo. A monocultura de eucalipto, além de comprometer os recursos do solo e da água, é voltada para uma dinâmica industrial que prioriza a matéria-prima em detrimento da sustentabilidade ambiental e social.

Por isso que umas das principais reivindicações dos moradores da região foi a questão do reassentamento dos moradores de Piquiá de Baixo. Embora possa ser encarada como uma importante conquista nessa dura realidade de luta, isso mostra que, muitas vezes, a solução para os danos ao meio ambiente envolve o deslocamento forçado das comunidades, comprometendo diretamente os laços culturais e sociais das comunidades atingidas.

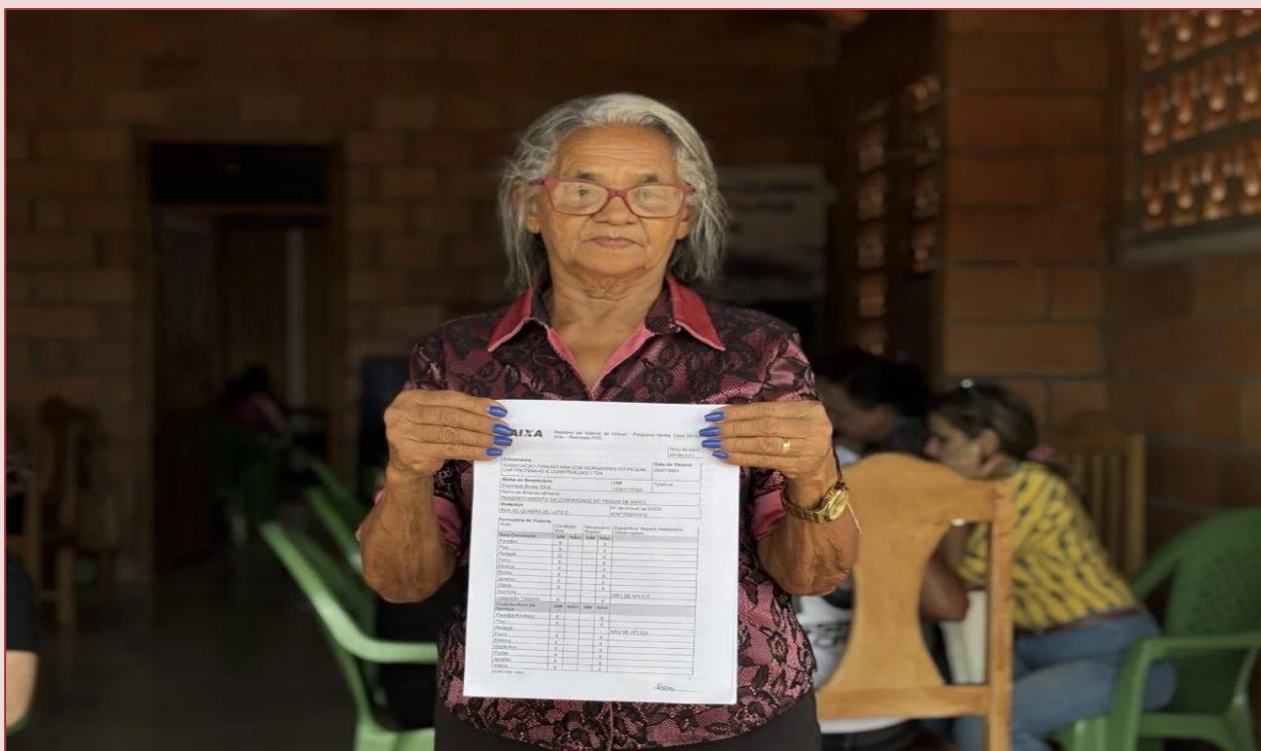


Imagem: assinatura de contrato em processo de reassentamento em Piquiá de Baixo – Açailândia (Fonte: <https://piquiadebaixo.com.br/vitoria-da-esperanca-piquia-de-baixo-celebra-a-luta-e-conquista-de-moradias-longe-do-foco-de-poluicao-direta>), acessado em 18/05/2025.

PROPOSTA DE ATIVIDADE EM GRUPO: JÚRI SIMULADO

“Encruzilhadas da História: Tribunal do Tempo sobre o Projeto Grande Carajás”

- **(EM13CHS504)** Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.
- **Objetivo:** Avaliar criticamente as decisões tomadas no contexto do Projeto Grande Carajás, considerando o conhecimento histórico disponível na época e as consequências de longo prazo, desenvolvendo a capacidade de julgar ações passadas a partir de diferentes perspectivas temporais e éticas.

- Instruções de trabalho para os estudantes:

- 1) O professor explica o conceito do "Tribunal do Tempo": um tribunal fictício onde decisões históricas são julgadas considerando tanto o contexto da época quanto suas consequências de longo prazo.
- 2) Apresentação do caso a ser julgado: "As decisões tomadas no planejamento e implementação do Projeto Grande Carajás (1980-1985) foram justificáveis considerando o contexto da época e seus resultados de longo prazo?".
- 3) Explicação dos papéis e da dinâmica do tribunal.
- 4) Divisão dos papéis entre os estudantes.
- 5) Pesquisa e preparação da simulação.
- 6) Culminância do projeto: apresentação do júri simulado.

CAPÍTULO 3 – O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA: DESENVOLVIMENTO ESPACIAL E CONFLITOS TERRITORIAIS.



Imagem de visitação da comitiva da Secretaria do Estado de Turismo (Setur – MA) ao Centro de Lançamento de Alcântara no ano de 2023 (Fonte: <https://www.ma.gov.br/noticias/setur-ma-propoe-visitas-ao-centro-de-lancamento-de-alcantara>).

COLONIALIDADE ESPACIAL E MILITARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.

A concepção do programa espacial brasileiro iniciou-se mediante implementação do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), em 1961, pelo presidente Jânio Quadros. Cabe destacar a colaboração dos Estados Unidos, apresentando interesses não somente tecnológicos, considerando o contexto da **Guerra Fria** de ampliação das zonas de influência estadunidense pelo mundo. Neste sentido, o Brasil se tornava região de grande potencial espacial para os interesses em questão.

SAIBA MAIS

A Guerra Fria (1947-1991) foi uma disputa ideológica e geopolítica entre os Estados Unidos (capitalismo) e a União das Repúblicas Socialistas Soviética - URSS (comunismo). Esse embate foi caracterizado pela inexistência de combate militar direto entre as superpotências, mas sim uma intensa corrida armamentista e espacial, além do apoio a conflitos em outros países. O mundo se polarizou em dois blocos que rivalizavam em vários aspectos, terminando com a desintegração da União Soviética, marcando o fim de uma era de alta tensão global.

Em comparação com outros países, o Brasil foi uma das primeiras nações a desenvolver um programa espacial, entretanto, no decorrer do percurso, foram implementadas estratégias menos exitosas em comparação com programas espaciais da China, Japão, Israel, Índia e União Europeia. Entre as décadas de 1960 e 1980 prevaleceu na política espacial brasileira uma ação coordenada de diferentes órgãos como o Ministério da Aeronáutica, Centro Técnico da Aeronáutica em cooperação com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD). A partir de 1994, numa conjuntura pós ditadura, foi criada a Agência Espacial Brasileira (AEB) pela Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994 . Atualmente, a AEB é a responsável pela formulação, coordenação e execução do programa espacial brasileiro.



Imagem da Base de Alcântara (Fonte: <https://oimparcial.com.br/tecnologia/2022/12/lancamento-de-foguete-no-centro-de-lancamento-de-alcantara-gera-expectativa/>).

Inserido nessa realidade de implementação do programa espacial brasileiro que o presidente à época João Figueiredo instituiu o decreto nº 88.136, de 1º de março de 1983 criando o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) com a finalidade de executar e apoiar as atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais, bem como executar testes e experimentos de interesse do Ministério da Aeronáutica, relacionados com a Política Nacional de Desenvolvimento Aeroespacial.

O CLA é uma das principais instalações de lançamento espacial do país e é operado pela Força Aérea Brasileira (FAB), em parceria com a Agência Espacial Brasileira (AEB). O CLA desempenha papel fundamental nas atividades espaciais do Brasil sendo usado para lançar satélites, foguetes de sondagem e veículos de lançamento orbital. Além disso, a localização geográfica privilegiada de Alcântara, próxima à linha do Equador, oferece uma vantagem significativa para lançamentos espaciais, pois permite economizar combustível devido à maior velocidade rotacional da Terra nessa região. No entanto, ao longo dos anos, o CLA também tem sido objeto de controvérsia e debate devido a questões ambientais e sociais.

A base está localizada em uma região que abriga comunidades quilombolas, o que gerou preocupações relacionadas aos direitos humanos e ao deslocamento de pessoas

devido às atividades espaciais. Houve esforços para resolver essas questões, como a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável e acordos com as comunidades locais. Além disso, o governo brasileiro tem buscado parcerias internacionais para expandir a utilização do CLA e atrair lançamentos comerciais.

Vale ressaltar que o Centro de Lançamento de Alcântara foi palco de tragédias em sua história, incluindo acidentes durante testes de foguetes que resultaram em perdas de vidas e danos materiais. O maior desastre da história do Programa Espacial Brasileiro aconteceu em 22 de agosto de 2003², dias antes do lançamento do protótipo VLS-1 que colocaria em órbita dois satélites nacionais. Esse evento levou a uma revisão e reestruturação das operações no centro e a um foco renovado na segurança e na cooperação internacional no campo das atividades espaciais.



Base de Alcântara após o acidente em agosto de 2003 (Fonte: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/08/22/maior-desastre-espacial-brasileiro-completa-20-anos-veja-o-que-mudou.ghtml>).

² Para compreensão mais detalhada sobre o acidente, ler a matéria <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/08/22/maior-desastre-espacial-brasileiro-completa-20-anos-veja-o-que-mudou.ghtml>, acessada em 23/05/2025.

Além desse desastre, outros impactos assolam os moradores que vivem na região de Alcântara, como o deslocamento forçado de comunidades quilombolas que habitavam tradicionalmente a área destinada ao projeto. Formadas por descendentes de escravizados que se estabeleceram na região desde o século XVIII, elas mantêm modos de vida baseados na agricultura familiar, na pesca artesanal e no extrativismo e uma forte ligação cultural e espiritual com o território.

O processo de deslocamento dessas comunidades foi marcado por autoritarismo, falta de transparência e violações de direitos. As famílias foram notificadas da desapropriação sem consulta prévia ou participação no planejamento do reassentamento. Muitas foram pressionadas a aceitar indenizações irrisórias e a se mudar para agrovilas construídas pelo governo, que não respeitavam seus modos de vida tradicionais.

As agrovilas, concebidas segundo um modelo urbanístico padronizado e alheio às realidades culturais das comunidades, impuseram uma reorganização radical do espaço e das relações sociais. As casas, dispostas em traçado retilíneo e com tamanho padronizado, contrastavam com o padrão tradicional de ocupação dispersa e adaptada às condições ambientais locais. Além disso, as agrovilas foram construídas distantes do mar, dificultando a prática da pesca, atividade fundamental para a subsistência e identidade cultural dessas comunidades.



Rua principal da agrovila Marudá, construída para abrigar quilombolas removidos da área onde se instalou o Centro de Lançamento de Alcântara. Foto de Ana Mendes (Fonte: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2021/07/ampliacao-de-base-espacial-da-ditadura-ameaca-repetir-despejo-de-quilombolas>).

O reassentamento também resultou na fragmentação dos laços comunitários e familiares, na perda de referências culturais e espirituais, e na desestruturação dos sistemas produtivos tradicionais. As famílias reassentadas receberam lotes individuais de terra, em contradição com o sistema tradicional de uso comum, e enfrentaram dificuldades para adaptar suas práticas agrícolas às novas condições ambientais. Além disso, a distância entre as agrovilas e as áreas de pesca e extrativismo aumentou o tempo e o esforço necessários para essas atividades, reduzindo sua viabilidade econômica.

Diante dessa realidade, as comunidades quilombolas de Alcântara desenvolveram diversas formas de resistência ao longo de décadas. Inicialmente, manifestou-se de forma mais individual e cotidiana, através da recusa em abandonar o território, da manutenção de práticas culturais tradicionais e da adaptação criativa às novas circunstâncias. Com o tempo, e especialmente após a redemocratização do país, a resistência ganhou contornos mais organizados e políticos, com a formação de associações comunitárias, articulação com movimentos sociais e organizações de direitos humanos, e o acionamento de instâncias judiciais nacionais e internacionais.



Imagens de protesto de que reuniu centenas de manifestantes em Alcântara (2012) – Foto G1 Maranhão.

NEGAÇÃO DE DIREITOS E POLÍTICAS DE REPARAÇÃO EM ALCÂNTARA

Um marco importante nessa trajetória de resistência foi a Constituição Federal de 1988, que reconheceu direitos territoriais às comunidades remanescentes de quilombos (artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Com base nesse dispositivo constitucional, as comunidades de Alcântara iniciaram um processo de autoidentificação como quilombolas e de reivindicação de seus direitos territoriais. Em 2004, a Fundação Cultural Palmares reconheceu oficialmente 78 comunidades quilombolas em Alcântara, fortalecendo sua luta por direitos.

Em 2008, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou o processo de titulação do território quilombola de Alcântara, com a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). O relatório reconheceu um território de aproximadamente 78 mil hectares, incluindo áreas ocupadas pelo CLA, o que gerou forte resistência por parte dos militares e de setores do governo. O processo de titulação foi paralisado e, até o momento, as comunidades não receberam o título definitivo de seu território.

A resistência das comunidades quilombolas de Alcântara ganhou projeção internacional em 2001, quando organizações representativas apresentaram uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) denunciando violações de direitos humanos relacionadas ao CLA. Em 2006, a CIDH admitiu o caso e, em 2020, decidiu enviá-lo à Corte Interamericana de Direitos Humanos, onde aguarda julgamento.



Julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 12/03/2025 no Chile (Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Fcolunas%2Fmonicabergamo%2F2025%2F03%2Fcidh-dara-sentenca-de-julgamento-de-violacoes-contr-quilombolas-em-alcantara.shtml&psig=AOvVaw2wM10gsQngY4Pyech9xv9q&ust=1748387750773000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBcQjhxqFwoTCNCLq4-iwo0DFQAAAAAdAAAAABAE>).

A luta das comunidades quilombolas de Alcântara intensificou-se nos últimos anos, especialmente após a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre Brasil e Estados Unidos em 2019, que prevê a utilização do CLA por empresas americanas para lançamentos comerciais. As comunidades e organizações de apoio temem que o acordo resulte em novos deslocamentos forçados e em maior restrição ao acesso ao território tradicional.

A resistência das comunidades quilombolas de Alcântara representa um exemplo emblemático de como populações tradicionais, frequentemente marginalizadas e invisibilizadas, podem se organizar e lutar por seus direitos, desafiando projetos desenvolvimentistas impostos de cima para baixo. Essa resistência não se limita à defesa de interesses materiais, mas envolve também a afirmação de identidades culturais, a preservação de modos de vida tradicionais e a reivindicação de formas alternativas de desenvolvimento, baseadas no respeito à diversidade cultural e à sustentabilidade ambiental.

As atividades do CLA impactaram no meio ambiente, como poluição do solo e da água, bem como perturbação da fauna local devido a lançamentos de foguetes. A presença de uma grande instalação governamental como o CLA criou tensões sociais, incluindo questões de acesso a recursos e oportunidades. O desenvolvimento do CLA afetou a cultura e identidade das comunidades locais, especialmente aquelas com tradições culturais fortes e vínculos históricos com a região.

Portanto, os impactos do Centro de Lançamento de Alcântara são complexos e variados. É importante que as autoridades governamentais, a sociedade civil e as partes interessadas trabalhem em conjunto para garantir que os benefícios sejam maximizados e que os impactos negativos sejam minimizados por meio de medidas de mitigação e planejamento cuidadoso. A resistência quilombola em Alcântara envolve a luta das comunidades quilombolas da região pelo reconhecimento de suas terras ancestrais e pela preservação de seus direitos territoriais.

Dois grupos que desempenharam um papel significativo nesse processo foram o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) e o Centro de Cultura Negra do Maranhão. Além disso, a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara também se envolveram ativamente na conscientização das comunidades locais sobre sua identidade quilombola. Esse trabalho de conscientização e mobilização começou a ganhar força na década de 1990.

Esses grupos e movimentos desempenharam um papel crucial na luta pela proteção das terras quilombolas, trabalhando para garantir o reconhecimento legal dessas áreas e a preservação da cultura e dos direitos das comunidades quilombolas da região. O processo envolveu não apenas a questão das terras, mas também a afirmação da identidade e dos direitos das populações quilombolas em um contexto de disputa de território com a Base Espacial de Alcântara.

Além disso, essas comunidades participam ativamente das decisões relacionadas à Base Espacial de Alcântara no movimento garantido que seus direitos sejam respeitados por meio de consultas e negociações com o governo. A solidariedade internacional também desempenha um papel importante, com grupos e organizações de direitos humanos

nacionais e internacionais apoiando a luta das comunidades quilombolas e aumentando a conscientização sobre suas questões.

Em outubro de 2008, a Organização Não Governamental Justiça Global elaborou uma petição com o objetivo de denunciar violações de direitos humanos que estavam ocorrendo nas comunidades quilombolas de Alcântara. Essa petição foi apresentada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), sediada em Washington D.C., nos Estados Unidos. O propósito da audiência pública solicitada era discutir e investigar as violações relatadas.

A resistência quilombola em Alcântara envolve uma complexa teia de questões relacionadas a direitos territoriais, justiça social, preservação ambiental e consulta às comunidades afetadas por projetos de grande envergadura. Em 2023, o caso atingiu momento histórico, pois, o Estado brasileiro foi julgado na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O julgamento foi realizado em Santiago, no Chile, e analisou como a construção da base de lançamento de foguetes em Alcântara afetou as comunidades da região. Em resposta, a Advocacia-Geral da União, reconhece a violação de direitos das 152 comunidades quilombolas de Alcântara, no Maranhão, no contexto do processo em curso na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O Estado brasileiro admitiu não ter realizado a titulação coletiva das terras tradicionais e falhou em oferecer proteção judicial eficiente, violando direitos de propriedade e acesso à justiça. Além disso, reconhece a ausência de consulta prévia, livre e informada quanto à instalação do Centro de Lançamento de Alcântara. Neste sentido, o Estado brasileiro se comprometeu em tomar medidas de reparação, incluindo a progressiva titulação do território quilombola em até dois anos após a publicação da portaria de reconhecimento territorial.

Além de promover uma cerimônia oficial de desculpas, conforme o pedido das comunidades, e a destinar recursos financeiros que compensem as violações sofridas. Essas medidas fazem parte de um esforço mais amplo do governo federal para solucionar a questão fundiária, que se arrasta por décadas, desde a instalação do programa espacial em Alcântara.

As comunidades quilombolas têm laços históricos e culturais com suas terras, reconhecidos pela Fundação Palmares e por marcos legais nacionais e internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT. O documento finaliza com o compromisso do governo em resolver as pendências territoriais e assegurar políticas públicas que atendam às demandas das comunidades, reconhecendo sua importância histórica e cultural.

Além disso, espera-se, com essas ações, reparar tais violações e garantir um relacionamento mais justo com as comunidades quilombolas de Alcântara. Dentro do prazo estipulado, o governo federal, em histórico evento de formalização do termo de conciliação, que contou com a presença presidente Luiz Inácio Lula da Silva, avançou significativamente na resolução desse antigo conflito entre o Estado brasileiro e as comunidades quilombolas da região de Alcântara.

Com o acordo assinado durante o evento em setembro de 2024, o Governo Federal comprometeu-se a reconhecer e regularizar a posse das terras ocupadas pelos quilombolas, resultado não só de um esforço de pacificação, mas também consequência de anos de uma incansável luta em prol de um desenvolvimento sustentável como se nota em declaração da Advocacia Geral da União. Na cerimônia também foi assinada a Portaria de Reconhecimento e Delimitação do Território Quilombola de Alcântara, etapa prévia à titulação das terras na localidade. A área de 78 mil hectares corresponde à totalidade do território delimitado pelos estudos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), procedimento prévio à portaria de reconhecimento.

Esse acordo inclui o registro das terras no cartório imobiliário de Alcântara, e a ideia é que esse processo se torne um modelo a ser seguido em outros casos semelhantes em outras regiões do país. O registro imobiliário é um ponto crucial, pois assegura oficialmente o direito de posse às comunidades, garantindo segurança jurídica e proteção contra futuras disputas como está formalizado no Termo de conciliação, compromissos e reconhecimentos recíprocos da Advocacia Geral da União expedido no dia 19 de setembro de 2024.

As cláusulas determinam que o Incra inicie a titulação do território quilombola em Alcântara dentro do prazo de 12 meses, priorizando áreas já registradas em nome da União

e próximas ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Além disso, em até 30 dias, estabelece-se a criação de um grupo de monitoramento com representantes dos ministérios, do Inbra e das comunidades quilombolas para acompanhar o cumprimento dessas obrigações.

Essas medidas são importantes do ponto de vista da reparação, pois objetivam garantir o direito à terra e à autonomia das comunidades quilombolas de Alcântara, historicamente impactadas pela instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). A titulação do território simboliza um reconhecimento formal dos direitos territoriais dessas comunidades, enquanto a composição do grupo de monitoramento assegura a participação ativa das comunidades no processo, promovendo justiça e inclusão no cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado.

Além da questão jurídica, o evento também representou uma tentativa de conciliar o desenvolvimento tecnológico brasileiro com a preservação dos direitos das populações tradicionais. O programa espacial brasileiro, que tem em Alcântara uma de suas bases mais estratégicas, continuará expandindo, mas com a garantia, por hora, de que as comunidades quilombolas não serão removidas de suas terras. Destacou-se, também, por parte do governo, a importância de criar políticas públicas que favoreçam tanto o avanço tecnológico quanto a justiça social a partir de um desenvolvimento inclusivo.

PROPOSTA DE ATIVIDADE PRÁTICA: PODCAST HISTÓRICO

"Vozes da Resistência: Podcast sobre as Comunidades Quilombolas de Alcântara"

- **(EM13CHS502)** Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

- **Objetivo:** Desenvolver um podcast que dê visibilidade às histórias, lutas e perspectivas das comunidades quilombolas de Alcântara, analisando criticamente os impactos do

Centro de Lançamento em seus territórios e modos de vida, e valorizando suas estratégias de resistência e adaptação.

- Materiais necessários:

- Equipamentos para gravação de áudio (smartphones, gravadores, microfones).
- Computadores com software de edição de áudio (Audacity, GarageBand, etc.).
- Acesso à internet para pesquisa e compartilhamento.
- Roteiros para os episódios.
- Materiais de referência sobre as comunidades quilombolas de Alcântara.

- Instruções de trabalho:

- Planejamento dos episódios.
- Pesquisa e roteirização.
- Gravação e edição.
- Apresentação e feedback.
- Lançamento e divulgação.

DESAFIO RÁPIDO: QUEM SABE MAIS?



↓ **Como participar:**

- Entre no site www.kahoot.it ou acesse o QR CODE ao lado
- Digite o PIN do jogo (fornecido pelo professor)
- Coloque seu nome ou apelido
- Leia bem as perguntas e responda no tempo certo!



💡 **Dica: quanto mais rápido você responder corretamente, mais pontos ganha!**

TESTE SEU CONHECIMENTO !

1) Observe a imagem



Matéria do Jornal O Imparcial - Fonte: <https://josesarney.org/como-era-o-maranhao/>. (Acessado em 16.09.23).

O jornal maranhense *O Imparcial* anuncia a posse de José Sarney no governo estadual em 1966, destacando a promessa de “dar novos destinos ao Maranhão”. Esse evento marcou uma etapa importante do processo de modernização conservadora no estado, alinhado à ditadura civil-militar. Com base na imagem e no contexto histórico, pode-se afirmar que:

- A chegada de Sarney ao governo simbolizou a ruptura com o modelo centralizador da ditadura, fortalecendo os movimentos populares.
- A posse de Sarney representou a aliança entre elites locais e o regime militar, favorecendo grandes projetos econômicos voltados ao mercado externo.
- O governo Sarney promoveu ampla reforma agrária no Maranhão, garantindo

distribuição igualitária das terras aos camponeses.

d) A manchete do jornal evidencia a resistência popular à posse de Sarney, expressando oposição aberta ao regime autoritário.

e) A ascensão política de Sarney ocorreu independentemente do apoio dos militares, baseada exclusivamente em demandas democráticas locais.

2) (UEMA – 2015) O Governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o terceiro General-Presidente do regime que chegou ao poder por meio do Golpe Militar de 31/3/1964, foi profundamente marcado tanto pelo auge da repressão política quanto pelos elevados níveis de crescimento que ficaram conhecidos como “Milagre Econômico”. Tomando como referência essa informação, analise a charge abaixo.



A crítica a um dos desdobramentos do chamado milagre econômico refere-se a (o):

- a) Concentração de renda.
- b) Aumento do êxodo rural.
- c) Crescimento dos níveis salariais.

- d) Redução dos níveis de desemprego.**
- e) Elevação da dívida externa brasileira.**

3) O Programa Grande Carajás (PGC), criado durante a ditadura militar, teve impactos profundos no Maranhão. Entre os principais objetivos do PGC, destacava-se:

- a) Consolidar a reforma agrária no Nordeste brasileiro.**
- b) Fortalecer pequenas indústrias locais e o comércio artesanal.**
- c) Explorar recursos minerais em larga escala e garantir infraestrutura para exportação.**
- d) Estimular a economia solidária e a autogestão comunitária.**
- e) Investir exclusivamente em agricultura familiar sustentável.**

4) A modernização conservadora no Brasil implicou a reconfiguração do Estado e da economia sob hegemonia empresarial que defendia a industrialização e o crescimento econômico no país. Diante disso, conceito de “modernização conservadora” usado para analisar o Maranhão no período da ditadura refere-se:

- a) À substituição completa das elites políticas tradicionais por lideranças populares.**
- b) À introdução de mudanças econômicas e tecnológicas que mantêm as desigualdades sociais e políticas.**
- c) À adoção de práticas revolucionárias que rompem com o modelo de dependência externa.**
- d) À abolição das práticas clientelistas no interior do estado.**
- e) Ao abandono das alianças políticas tradicionais em favor de movimentos de base popular.**

5) O modelo de desenvolvimento implementado no Maranhão durante a ditadura tinha como uma de suas marcas principais:

- a) O foco no mercado interno maranhense, reduzindo as exportações.**
- b) A priorização das demandas das comunidades locais no planejamento econômico.**
- c) A concentração de investimentos em setores de grande escala voltados para o**

mercado externo.

d) A desconexão total com os interesses das elites políticas estaduais.

e) O rompimento com os investimentos internacionais em favor de uma política autossustentável.



Foto de Murilo Santos (Fonte: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2021/07/ampliacao-de-base-espacial-da-ditadura-ameaca-repetir-despejo-de-quilombolas>).

6) A imagem acima refere-se a um outdoor colocado na avenida Carlos Cunha, em São Luís, no ano de 1994. Ele fazia propaganda do programa espacial recém-lançado pelo governo. Sobre o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), instalado no Maranhão durante o regime militar, é correto afirmar que:

- a) Foi construído sem afetar as comunidades locais, servindo como modelo de inclusão social.
- b) Representou a militarização do território maranhense e provocou deslocamentos forçados de comunidades quilombolas.
- c) Trouxe benefícios diretos para as populações tradicionais, gerando empregos e investimentos nas agrovilas.

d) Teve como principal objetivo a democratização do acesso à tecnologia espacial no Brasil.

e) Surgiu como resposta às pressões populares por maior investimento em ciência e tecnologia.

7) Analise e responda:



Seminário Carajás 30 anos – Universidade Federal do Maranhão (Fonte: <https://www.global.org.br/blog/impactos-da-mineracao-sao-debatidos-no-seminario-carajas-30-anos/>).

Em 2014, foi organizado o Seminário Internacional Carajás 30 anos – Resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento da Amazônia Oriental, na Universidade Federal do Maranhão. O propósito do evento era discutir os impactos causados pelo Programa Grande Carajás nas regiões diretamente afetadas pelo projeto. Considerando essa problemática, o PGC apresentou:

- a) Um modelo de desenvolvimento inclusivo, centrado na redução das desigualdades sociais.
- b) Um processo de modernização que incorporava amplamente os interesses das populações tradicionais.
- c) Uma forma de modernização conservadora, com crescimento econômico aliado à repressão e exclusão social.

d) Um modelo agroecológico voltado à sustentabilidade e ao fortalecimento das comunidades locais.

e) Um avanço democrático que abriu espaço para os movimentos populares nas decisões políticas.

Texto para as questões 8 e 9.

A Estrada de Ferro Carajás (EFC), construída para viabilizar o escoamento de minérios do Programa Grande Carajás, foi um marco de desenvolvimento econômico na Amazônia, especialmente no Maranhão. No entanto, essa promessa de progresso teve um alto custo social e ambiental. Comunidades locais sofreram com deslocamentos forçados, perda de terras e degradação ambiental, como desmatamento e poluição da água. A modernização imposta ignorou a qualidade de vida e os direitos das populações nativas e pobres, gerando conflitos e resistência que persistem até hoje.

8) Explique como a promessa de desenvolvimento trazida pelo Programa Grande Carajás contrastou com a realidade vivida pelas populações locais nas cidades cortadas pela ferrovia.

9) Diante dessa realidade de precarização da vida e trabalho das populações atingidas diretamente pela Estrada de Ferro Carajás, aponte duas possíveis soluções para tais problemas.

10) Explique por que as ações de reparação propostas pelo Estado brasileiro são importantes para as comunidades quilombolas de Alcântara diretamente atingidas pelos impactos da construção do Centro de Lançamento Aeroespacial na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final desta jornada, fica evidente que o estudo da Ditadura Civil-Militar no Maranhão nos oferece uma perspectiva rica e complexa da história do nosso estado. Longe de ser apenas um relato de fatos passados, esta análise nos convida a refletir sobre as profundas e duradouras marcas que os projetos de modernização conservadora como o Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara deixaram na sociedade maranhense.

Nota-se que a ideia de "progresso" e "desenvolvimento" defendida por frações das classes dominantes e agentes do Estado, embora tenha impulsionado grandes obras de infraestrutura e a exploração de recursos naturais, traduziu-se, de maneira frequente em severos impactos sociais e ambientais. Em resposta a estes efeitos, a população, em especial as comunidades tradicionais como quilombolas, pescadores e agricultores, reagiram contra a realidade marcada por deslocamentos forçados, perda de seus modos de vida e a negação de direitos fundamentais. A resistência dessas comunidades emerge como um testemunho poderoso da capacidade de luta por justiça e dignidade, ecoando até a atualidade em movimentos e reivindicações que buscam reconhecimento e reparação.

A complexidade da modernização conservadora com foco no crescimento econômico sem compromisso com a ruptura das estruturas de poder e desigualdades sociais é um ponto crucial para entender não só o passado, mas também muitos dos desafios que ainda enfrentamos no Maranhão. Que este e-book sirva como um convite à reflexão crítica e ao aprofundamento. A compreensão desses processos históricos é uma ferramenta poderosa para a formação de uma juventude mais consciente sobre as dinâmicas do nosso estado e do nosso país, contribuindo para a construção da cidadania e de um futuro mais justo e democrático.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira Cunha. Ditadura e Modernização Conservadora no Maranhão: desenvolvimento, repressão e conflitos, 2025, 140 f, Tese de Doutorado, Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA).

COELHO, T. A. Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Questão Mineral no Brasil. v1, - Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015.

MOORE Jr., Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na formação do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

SANTOS, Raimundo Limas dos. O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz-MA. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. E deu nome a todas as coisas: as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996–2015). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

VALE. Relatório Anual da Companhia Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro: CVRD, 1982.

SILVA, Adriana Monteiro da. Tapuitapera na rota dos foguetes: o impacto social da instalação do Centro de Lançamento de Alcântara e a construção de sequências didáticas para o Ensino Fundamental de História. / Adriana Monteiro da Silva. – São Luís, 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado) – PPGHIST- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

SOUSA, Francisca Thamires Lima de. “Agrovilas” quilombolas: o caso da reconstrução da autonomia produtiva e a resistência das mulheres em Marudá Novo / Francisca Thamires Lima de Sousa. – São Luís, 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2020

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Imagem 1 - Extremistas de direita invadem e depredam o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e a sede do STF, em Brasília, no dia 8 de Janeiro de 2023. Foto: picture alliance / ASSOCIATED PRESS (<https://www.dw.com/pt-br/pf-faz-opera%C3%A7%C3%A3o-contra-envolvidos-em-atos-golpistas/a-64465254/> Acesso em 16.09.2023).

Imagem 2 - Mina S11D: Serra Sul de Carajás, município de Canaã dos Carajás - Pará / Fotos Públicas (Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/19/projeto-grande-carajas-desestrutura-comunidades-e-territorios-indigenas/>).

Imagem 3 - Ocupação de um trecho da Estrada de Ferro Carajás por comunidade indígenas do Maranhão / Rede Brasil Atual (Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/19/projeto-grande-carajas-desestrutura-comunidades-e-territorios-indigenas/>).

<https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>).

Imagem 4 - <https://justicanostrilhos.org/documentario-trilhos-da-vida-2/>.

Imagem 5 - Mapa da região que compreende os municípios de Santa Rita, Anajatuba, Bacabeira e Itapecuru-Mirim (Fonte: https://www.google.com/maps/@-2.50287,-44.2194616,15z?entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MDYwNC4wIKXMDSoASAFQAw%3D%3D).

Imagem 6 - Escola Municipal de Buriticupu próxima a EFC (Fonte: documentário Trilhos da Vida).

Imagem 7 - Assinatura de contrato em processo de reassentamento em Piquiá de Baixo – Açailândia (Fonte: <https://piquiadebaixo.com.br/vitoria-da-esperanca-piquia-de-baixo-celebra-a-luta-e-conquista-de-moradias-longe-do-foco-de-poluicao-direta>).

Imagem 8 - Visitação da comitiva da Secretaria do Estado de Turismo (Setur – MA) ao Centro de Lançamento de Alcântara no ano de 2023 (Fonte: <https://www.ma.gov.br/noticias/setur-ma-propoe-visitas-ao-centro-de-lancamento-de-alcantara>).

Imagem 9 – Base de Alcântara <https://oimparcial.com.br/tecnologia/2022/12/lancamento-de-foguete-no-centro-de-lancamento-de-alcantara-gera-expectativa/>).

Imagem 10 - Base de Alcântara após o acidente em agosto de 2003

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/08/22/maior-desastre-espacial-brasileiro-completa-20-anos-veja-o-que-mudou.ghtml>).

Imagem 11 – Acidente na Base de Alcântara

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/08/22/maior-desastre-espacial-brasileiro-completa-20-anos-veja-o-que-mudou.ghtml>.

Imagem 12 - Rua principal da agrovila Marudá, construída para abrigar quilombolas removidos da área onde se instalou o Centro de Lançamento:

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2021/07/ampliacao-de-base-espacial-da-ditadura-ameaca-repetir-despejo-de-quilombolas>).

Imagem 13 - Protesto de que reuniu centenas de manifestantes em Alcântara (2012) – Foto G1 Maranhão.

Imagem 14 - Julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 12/03/2025:

<https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Fcolunas%2Fmonicabergamo%2F2025%2F03%2Fcidh-dara-sentenca-de-julgamento-de-violacoes-contra-quilombolas-em-alcantara.shtml&psig=AOvVaw2wM10gsQngY4Pyech9xv9q&ust=1748387750773000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBcQjhxqFwoTCNCLg4-iwo0DFQAAAAAdAAAAABAE>).

Imagem 15 – Matéria do Jornal *O Imparcial*: <https://josesarney.org/como-era-o-maranhao/>.

Imagem 16 – Charge Delfim Netto: <https://jornalggn.com.br/video/o-papo-grande-de-delfim-netto>.

Imagem 17 – Foto de Murilo Santos:

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2021/07/ampliacao-de-base-espacial-da-ditadura-ameaca-repetir-despejo-de-quilombolas>).

Imagem 18 - Seminário Carajás 30 anos – Universidade Federal do Maranhão:

<https://www.global.org.br/blog/impactos-da-mineracao-sao-debatidos-no-seminario-carajas-30-anos/>).

Tabela 1 – Grandes Projetos da Ditadura Civil-Militar.

